



## VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados - Brasil

**GT 4- As dinâmicas territoriais e a dimensão local no contexto de mudança ambiental**

### **IGs E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL – OBSERVAÇÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS EM DIFERENTES CONTEXTOS IBEROAMERICANOS**

José Marcos Froehlich\*

Santiago Amaya Corchuelo\*\*

\*Professor do Departamento e PPG em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil)

\*\*Professor do Departamento de Economía General, Universidad de Cádiz (UCA, Espanha)

**Abstract**— Contemporary environmental problems are necessarily connected to the social construction processes of new ruralities. Within this postindustrial global context, the rural world is presented with renewed and strategic interests facing the multidimensionality of the conservation of natural areas where certain local societies live off its resources for centuries. We consider that rurality links its social production settings with wide social demands to solve environmental problems. This link can be found in many historical experiences around natural resource management and traditional know-how, as well as skills and strategies in food certification and qualification, substantiated in quality Geographical Indications (IG). These formulas firmly established in Europe, are relatively recent in countries like Brazil, but basically their objectives are similar: to mobilize the assets of the territory according to its natural and cultural potential, constituting these quality seals recognition devices of their particular origin for markets and consumers beyond their own territory. In this scenario, little attention has been paid to the relationships established between the IG and environmental problems, which has a strategic interest in the field of multiple correlations of power inherent in contemporary societies. Through empirical analysis of

two cases, one Brazilian and one Spanish, will contrast this theoretical approach. The purpose of this article is to analyze how environmental issues permeates the production of meaning and meanings of actors and their conflicts involved in the experiences of IG in two contexts as diverse as Brazil and Spain.

**Keywords**— Geographical indications, differentiation strategies, environmental conservation

## 1. INTRODUÇÃO

Os alcances multidimensionais da problemática ambiental contemporânea (Beck, 2010) afetam a lógica de promoção de estratégias de desenvolvimento e informam os processos de construção social de novas ruralidades (Jollivet, 1997; Froehlich, 2002; Brandenburg, 2010). Decorrente deste processo, as preocupações ambientais passam a dotar os territórios rurais de um interesse renovado e estratégico, apresentando-se como matriz de ressignificação de sentidos para o rural contemporâneo. A partir da abordagem territorial do desenvolvimento (Abramovay, 2003; Favaretto, 2006), podemos considerar que a ruralidade vincula sua configuração socioprodutiva às demandas amplas que advêm da problemática ambiental. Este vínculo pode ser encontrado em experiências que inicialmente ancoravam-se mais em trajetórias histórico-culturais e saberes e fazeres tradicionais, como as estratégias de qualificação e certificação expressas pelas Indicações Geográficas (IGs)<sup>1</sup>. Estas figuras, há muito difundidas na Europa e ainda relativamente recentes no Brasil, são abordagens que visam mobilizar os ativos dos territórios, suas potencialidades naturais, socioeconômicas e culturais, constituindo-se em dispositivos de reconhecimento da origem para mercados e consumidores além do próprio território.

---

<sup>1</sup> As IGs são selos que buscam reconhecer e proteger o vínculo de produtos com territórios específicos. No Brasil, assumem duas modalidades: a *Denominação de Origem* (DO), caracterizada por uma área geográfica delimitada e que produz determinado produto influenciado por suas características geográficas (solo, subsolo, vegetação), meteorológicas (mesoclima) e humanas (saberes, cultivo, tratamento, manufatura); e a *Indicação de Procedência* (IP), que aponta determinada área geográfica reconhecida por gerar certo produto ou serviço, inexistindo características naturais ou humanas intrínsecas envolvidas na produção do mesmo. Na Europa, conforme Tolón e Lastra (2009), existem quatro modalidades de selos reconhecidos e regulado, sendo que dois deles vinculam produtos a territórios: *Denominación de Origen Protegida* (DOP) e *Indicación Geográfica Protegida* (IGP), que correspondem aproximada e respectivamente a DO e IP no caso brasileiro; e os outros dois se relacionam com os métodos de produção: Especialidades Tradicionales Garantizadas (ETG) e Agricultura Ecológica (AE) ou Biológica.

Neste cenário, pouca atenção ainda tem se dado para as relações que as estratégias baseadas em IGs têm estabelecido com a problemática ambiental, o que tem interesse estratégico no âmbito das múltiplas correlações de poder que atravessam as sociedades contemporâneas. Mediante análise de dois casos empíricos, um brasileiro e outro espanhol, podemos contrastar este enfoque teórico. Assim, a proposta deste artigo é analisar como a problemática ambiental, mediante abordagens conservacionistas de valorização da biodiversidade, permeia a produção de sentidos, as narrativas, os conflitos e os posicionamentos dos atores envolvidos em experiências de IGs, em contextos diferenciados de Brasil e Espanha.

Para a produção dos dados nos utilizamos principalmente da abordagem etnográfica, com base no trabalho de campo e observação participante. Também recorreremos a técnicas de entrevistas com distintos atores implicados nos contextos socioprodutivos das experiências de IGs estudadas, sendo 27 entrevistas no caso espanhol e 31 no caso brasileiro. Os dados qualitativos obtidos foram complementados por dados procedentes de fontes secundárias, tanto gerais como especializadas. A análise dos dados está enfocada desde uma perspectiva diacrônica e sincrônica, pois o trabalho de campo foi realizado em distintas fases desde 2008 até 2012.

No contexto brasileiro, no qual as IGs são experiências ainda emergentes, abordamos a Indicação de Procedência Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (IPCPGCM), que congrega produtores em onze municípios do sudoeste do Rio Grande do Sul. Esta IG está inserida no bioma Pampa, cuja extensão além de ampla área em Argentina e Uruguay, abarca 176.496 Km<sup>2</sup> em território brasileiro situado no RS, composta predominantemente por pastos naturais (gramíneas, herbáceas e algumas árvores). Sua vocação produtiva nos últimos quatro séculos tem sido principalmente a de gado bovino.

Em Espanha, cuja trajetória referente a IGs está consolidada, as experiências abordadas foram as do Jamón Ibérico de bellota (Dehesa de Extremadura, Guijuelo, Jamón de Huelva e Valle de los Pedroches), situadas em Extremadura, Castilla e Andalucía. Este produto deriva da criação do porco de raça ibérica, que faz sua terminação alimentando-se pelo menos três meses com frutos de Encinas e Alcornoques (*bellotas*), árvores que predominam em bosques mediterrâneos chamados Dehesas<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> A Dehesa é um sistema agrosilvopastoril com árvores (predominantemente Encinas e Alcornoques) em grau variável de densidade, pastos herbáceos, cultivos e gado em uma interação geralmente sustentável

somente encontrados no Sudoeste da Península Ibérica. Também caracteriza a Dehesa um modo de gestão de seus recursos, onde o manejo extensivo do porco ibérico constitui-se secularmente como a principal estratégia econômica do território.

Como pretendemos demonstrar, a trajetória da IPPGCM se apresenta pontuada por diversas dificuldades para sua consolidação. À medida que estas se mantinham, a iniciativa que nasce marcadamente setorial e calcada nas referências do patrimônio cultural (tradição gaúcha/criação de gado), passa paulatinamente a dar maior valor às questões ambientais e conservacionistas implicadas no território da IP, ao papel da demanda européia por produtos ecológicos, ao reforço dos discursos dos produtores envolvidos com a IP sobre o desenvolvimento sustentável; até culminar com o interesse de entidades conservacionistas como SAVE Brasil e *Bird Life International* em estabelecer parcerias com a APROPAMPA, com repercussões tanto sobre o próprio meio ecológico como sobre as estratégias de marketing da IP.

Por sua parte, frente à acirrada competição presente no contexto europeu e espanhol, as DOPs de Jamón Ibérico têm buscado meios de valorizar a qualidade intrínseca de seus produtos. Aqui reside a principal chave do caráter ambiental deste caso: dita qualidade está associada à raça Ibérica alimentada com *bellotas*, que advêm das *Dehesas*. E a disponibilidade de *bellotas*, da qual depende a produção de *Jamones* em conformidade com as regras de certificação destas DOPs, depende do grau de conservação e manejo adequado destes bosques.

O que podemos depreender de comum das experiências de IGs analisadas, em que pese contextos sociais e institucionais distintos, é a estratégica importância que assumiu a questão ambiental. Tal acarretou que os seus promotores passassem a elaborar narrativas sobre os seus produtos bem além do simples nexos com a origem, reforçando seus discursos de vinculação com práticas conservacionistas e com o desenvolvimento sustentável. Para chegarmos a estas considerações, este artigo está estruturado em mais três seções; assim, além desta introdução, abordamos na sequência o caso da IP da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, posteriormente o caso do Jamón Ibérico de bellota em Espanha; por fim, nas considerações finais buscamos estabelecer uma síntese do que estes casos representam e trazem de

---

mediante práticas e conhecimentos agropecuários tradicionais. Para mais detalhes a respeito, pode-se consultar Acosta, Díaz e Amaya (2002), Campos (1984), ou mais recentemente Amaya (2012).

interessante para o debate atual sobre as dinâmicas socioambientais e as novas ruralidades no mundo contemporâneo.

## **2. A INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA CARNE DO PAMPA GAÚCHO DA CAMPANHA MERIDIONAL – IPPGCM**

No contexto da ocupação e colonização ibérica na América do Sul, os vastos campos nativos existentes na porção meridional do continente foram precocemente utilizados para estabelecer uma pecuária extensiva, a qual se tornou por longos séculos a principal atividade econômica da região. Compartilhado por Brasil, Uruguai e Argentina, o Bioma Pampa é um conjunto de ecossistemas onde predomina campos temperados, entremeados por capões de mata, matas ciliares e banhados, com paisagens diversas de serras, planícies, morros rupestres e coxilhas. A interação humana com este bioma levou ao desenvolvimento de uma cultura mestiça singular, de caráter transnacional representada pela figura do gaúcho, consolidando uma notoriedade à produção de carne e a pratos típicos a ela vinculados, como o churrasco<sup>3</sup>. É neste contexto que emergiu a proposição de uma IG para a carne produzida em uma área determinada no interior do Pampa brasileiro, o qual está restrito ao Rio Grande do Sul (RS).

### ***Breve histórico de criação da IPCPGCM***

A introdução do rebanho bovino no RS se deu através da ação dos padres jesuítas a partir do século XVII, buscando o aproveitamento das imensas pradarias que os campos sulinos descortinavam. Na ampla biodiversidade que confere ao Bioma Pampa características singulares, correspondendo a tipos de campos onde ocorrem formações campestres e florestais de clima temperado, distintas de outras formações existentes no Brasil, abrigam-se um grande número de espécies, muitas endêmicas, contando-se mais 450 gramíneas, 150 leguminosas, 70 espécies de cactus, 385 de pássaros e 90 de mamíferos (Nabinger, 2007). Justamente devido ao suporte que os campos naturais ofereciam, ao longo do tempo a atividade pecuária bovina foi tendo

---

<sup>3</sup> Churrasco é o nome dado ao prato feito a base de carne in natura ou processada, assada sobre fogo ou brasas, com a utilização de estacas de madeira ou metal — chamados de espetos — ou de grelhas. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Churrasco>, acesso em 28/04/2013.

grande expansão e desenvolvimento<sup>4</sup>, com a aclimação, cruzamento e formação de raças, melhoramento das pastagens e dos manejos bovinos, elaboração de saberes e fazeres por parte dos criadores; enfim, todo um modo de vida e uma cultura *gaucha* foi se formando ao redor da pecuária, com pratos típicos, habilidades, conhecimentos, instrumentos e vestuário próprios (Muchnik, 2002; Cerdan *et al.*, 2009).

Assim, ao longo do tempo, a interação humana com o ecossistema, o sistema de produção peculiar que se formou, deu base a uma tradição, história e cultura do *gaúcho riograndense*, vinculando de modo indissolúvel a história da região à pecuária, e paulatinamente foi consolidando uma reputação sobre a qualidade da carne ali produzida; particularmente, com base na riqueza biológica do Bioma Pampa associada ao sistema de produção na engorda e terminação de gado bovino, esta notoriedade passou a ser atribuída e reconhecida a áreas específicas do Bioma Pampa, como a abarcada pela chamada Campanha Meridional.

Embora atualmente, segundo dados do IBGE, o RS seja o sexto maior produtor de carne bovina do Brasil, na passagem para o século XXI o processo de globalização promoveu um grande impacto na pecuária bovina do estado (Malafaia *et al.*, 2006), principalmente em face da concorrência com os países do MERCOSUL, o que gerou a exclusão de muitos pecuaristas do processo produtivo e a falência de muitas indústrias do setor<sup>5</sup>. Contudo, devido à presença na região da Campanha do RS de inúmeros recursos estratégicos para o setor pecuário, dentre os quais se pode destacar a vocação regional para a criação de gado, o ecossistema privilegiado para essa produção, o conhecimento tácito dos produtores, bem como as características do pasto e as grandes extensões de campo nativo, além da reputação da carne produzida, passou-se a levantar como alternativa para reagir à crise e manter a competitividade do setor a figura de uma IG.

Apesar da temática das IGs e dos produtos típicos terem um grande potencial de afinidade com a noção da agricultura familiar, no Brasil ela é marcada também por um movimento de criação de um diferencial para os produtos do agronegócio empresarial ou patronal, atribuindo a determinados produtos a qualidade de “especialidades”, onde as características territoriais e culturais, entre outras, podem ser tomadas como fatores

---

<sup>4</sup> Silveira e Vargas (2007).

<sup>5</sup> Contou também para a crise da pecuária gaúcha o fato da rápida adaptação aos trópicos da raça Zebu, introduzida mais recentemente no Brasil, que permitiu a consolidação de novas regiões produtoras, principalmente no Centro-Oeste. Esta raça representa atualmente cerca de 80% do rebanho brasileiro (Cerdan *et al.*, 2009).

de diferencial competitivo. Deste modo, a partir do trabalho de várias instituições<sup>6</sup> com os pecuaristas da Campanha Meridional, entendendo que a carne bovina do pampa gaúcho dizia respeito a um produto relacionado às transformações que foram moldadas pelo fator humano, tornando-se gradualmente um produto típico da região com expressiva reputação, foi formulada a reivindicação de uma Indicação de Procedência para a carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

A requerente do pedido da IPCPGCM foi a Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional – APROPAMPA, fundada em 2005 por 17 pecuaristas da região, com o objetivo de cumprir as exigências legais para registro da IG, tendo obtido em 12/12/2006 a Concessão de Registro de reconhecimento da IPPGCM para o produto “carne bovina e seus derivados”. A zona de produção demarcada da IPPGCM localiza-se dentro do Bioma Pampa, compreendendo parte de onze municípios, sendo eles Herval, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Candiota, Hulha Negra, Bagé, Aceguá, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Lavras do Sul e São Gabriel. Esta área foi delimitada em função da caracterização botânica dos campos destes municípios, chamados de campos finos, do tipo e uso de solo<sup>7</sup>.



Figura 1– Mapas com representação da área delimitada pela Indicação de Procedência Pampa Gaúcho da Campanha Meridional e logomarca. FONTE: <http://www.carnedopampagaucho.com.br/pampa.php>, acesso em 27/04/2008.

<sup>6</sup> Sebrae, Senar, Farsul, Embrapa, Ufrgs.

<sup>7</sup> O cruzamento destes três fatores delimitou a área de produção da IPPGCM perfazendo uma área total de 12.935 Km<sup>2</sup>, localizada integralmente na Metade Sul do RS, conforme informações e mapa disponíveis em [www.carnedopampagaucho.com.br](http://www.carnedopampagaucho.com.br).

O território delimitado para esta IG encontra-se dentro da área de maior proporção de campos naturais preservados do Brasil, um dos ecossistemas mais importantes do mundo (Nabinger, 1998). Justamente pela qualidade botânica de seus campos, esta zona de produção caracteriza-se por ser uma região de terminação de gado no RS. Portanto, é permitida a entrada de animais para fazerem parte da IP de fora da região, sendo para isto exigida a permanência por um período de 12 meses na área delimitada pela IP. Embora existam contingentes significativos de pecuaristas familiares, esta região caracteriza-se por grandes propriedades de pecuaristas patronais, sendo estes que compõem a quase totalidade da APROPAMPA.

Segundo o regulamento técnico de qualidade da IPPGCM, o gado apto para fornecer a carne que pode portar o selo da IP deve proceder única e exclusivamente das raças Angus e Hereford<sup>8</sup> ou do cruzamento entre elas, excluindo-se as raças zebuínas como forma de diferenciação desta IP com a produção bovina existente no Centro-Oeste brasileiro. A alimentação autorizada para os animais amparados por esta IP se realiza basicamente em pastagens nativas e pastagens nativas melhoradas, podendo também ser terminados em pastagens cultivadas de inverno, nativas ou exóticas, em regime extensivo, ou seja, os animais devem permanecer livres todo o ano. Os corte propostos inicialmente para serem destinados à comercialização com o selo da IP foram apenas sete, voltados à elaboração do churrasco: a picanha, a maminha, o entrecot, o contra-filé, o filé, o vazio e a costela.

### *IPCPGCM: trajetória, situação e dilemas atuais*

Segundo os relatos de entrevistas, pode-se dizer que houve, no processo inicial de construção das normas de regulamentação da IP, um caráter bastante excludente, onde um grupo restrito de indivíduos foi responsável pelas principais definições<sup>9</sup>. Uma delas foi particularmente polêmica: a restrição da produção somente às raças Angus e Hereford; pois embora a região já possuísse uma reputação e tradição na criação destas raças, existiam e existem até hoje diversos pecuaristas que trabalham com outras raças, e com diversos níveis de cruzamento entre estas e aquelas, o que não permite a sua participação na IP. Há menções a que tal decisão pela restrição a se utilizar apenas as

---

<sup>8</sup> Para melhor corresponder a demandas de mercado, os pecuaristas brasileiros introduziram, em fins do século XIX, raças britânicas que se adaptaram muito bem às condições do Pampa.

<sup>9</sup> No entanto, segundo os próprios idealizadores, isto foi necessário para a viabilização e operacionalização do pedido de solicitação de registro da IP junto ao INPI.



raças Angus e Hereford para a IPPGCM foi para atender aos interesses de alguns grandes pecuaristas, dificultando o acesso à IG por parte de outros pecuaristas da região. Porém, tal restrição atinge também vários dos próprios associados da APROPAMPA, que encontram dificuldades para produzir a carne em conformidade com estas regras, alegando a difícil obtenção de animais de raça pura<sup>10</sup>.

Alguns atores entrevistados afirmaram que a obtenção da IPPGCM ainda não alcançou impactos diretos ou mudanças significativas em termos de agregação de valor para o pecuarista dentro do território. Na verdade, destacam o fato de ainda não terem alcançado o que era um dos principais objetivos iniciais dos pecuaristas ao fundarem a APROPAMPA, ou seja, não teriam obtido ainda um valor agregado significativo sobre o seu produto. A prioridade estabelecida pela APROPAMPA e seus parceiros, frente ao trabalho da Indicação Geográfica, foi a agregação de valor à carne a partir do preço de mercado de até 5% em 2008, 10% em 2009 e até 15% em 2010<sup>11</sup>. Conforme os entrevistados, a agregação de valor não é um movimento de interiorização imediata por parte dos consumidores, que necessitam de tempo para perceber que o produto que estão consumindo é diferenciado e que por ele vale a pena dispende maior valor.

Após a obtenção da chancela da IP junto ao INPI, houve a abertura para inclusão de novos sócios à APROPAMPA e mesmo um considerável número de novas associações à entidade, buscando afastar a imagem de possuírem um caráter excludente e também numa tentativa de alcançar uma escala de produção para o fornecimento de produto com as características da IP. No entanto, o não alcance do objetivo inicial da APROPAMPA, de agregação de valor ao produto, acabou gerando em alguns pecuaristas um processo de desmotivação e, paralelamente, uma descontinuidade do processo de mobilização e esclarecimento da importância e das características da IPPGCM para estes novos associados. Entre 2009 e 2010 foi efetuada nova campanha de associação e, atualmente, a APROPAMPA está composta por 106 pecuaristas, além de 1 frigorífico e 2 empresas do setor de varejo.

---

<sup>10</sup> A escolha destas raças gerou tal celeuma que até a Argentina interpelou o INPI quanto à legitimidade desta IG, indagando quais outros atributos específicos diferem a carne da IP, além das raças; uma vez que estas, além de não corresponderem a maioria dos animais da própria região, seriam raças de uso tanto na própria Argentina como também no Uruguai (Vitrolles, 2007). No entanto, este questionamento foi realizado após o período legal estabelecido pelo INPI para manifestação de terceiros quanto ao pedido de registro e, portanto, desconsiderado na concessão da IG.

<sup>11</sup> Cerdan et. al.(2009).

Assim, perdura um problema que está presente desde o início da criação da APROPAMPA e da obtenção da IP, qual seja, a baixa escala de produção<sup>12</sup>. Num primeiro momento, este problema acarretou em dificuldade no processamento da carne, pois foi difícil encontrar um frigorífico que aceitasse realizar a etapa de transformação de um produto que possuía uma baixa escala e deveria ser separado dos demais para o destino específico da IP. A esta baixa escala de produção estão associados vários fatores, desde as restrições impostas pelo regulamento técnico de produção referentes às raças e alimentação, até o próprio fato da não agregação de valor para o produtor, o que acaba gerando desestímulo aos pecuaristas para aumentar a produção visando esta finalidade. Além disso, como mencionado, apenas sete cortes podem ser destinados à comercialização com o selo da IP, o que é bastante restritivo em termos do aproveitamento da carcaça bovina.

Ao final, esta pequena escala de produção de carne destinada à IP acarreta, conseqüentemente, um problema de manutenção de regularidade na oferta do produto no varejo. Devido aos cortes de carne destinados à comercialização com o selo da IP serem restritos a apenas sete tipos, diminui-se ainda mais o poder de oferta do produto<sup>13</sup>. Todavia, em realidade, esta baixa oferta nunca conseguiu atender satisfatoriamente ao mercado interno e a exportação de carnes, embora fosse meta inicial, não parece se configurar num objetivo realista da APROPAMPA. Existe, atualmente, apenas um frigorífico (MARFRIG) conveniado à APROPAMPA e que, conseqüentemente, pode realizar o abate para comercialização com o selo da IP. Este fato contribui ainda mais para a limitação da oferta do produto, uma vez que nem todos os associados abatem exclusivamente neste frigorífico conveniado. Este fato ocorre por diversos motivos, que vão desde aspectos de acordos mercadológicos entre empresa e produtor, até estratégias de comercialização dentro da cadeia produtiva de carne, ou seja, existe uma parcela do produto que atinge todas as características da IP que está sendo comercializada sem o selo deste dispositivo de reconhecimento.

Contudo, não é somente a carne com as características da IP que está em falta no setor. É importante ressaltar o contexto no qual o setor vem enfrentando falta de oferta de produto no mercado geral de carne bovina. Tão logo se configurou o cenário da existência de uma demanda e de uma falta de oferta do produto “carne bovina” no

---

<sup>12</sup> A média de abates nunca ultrapassou 50 animais por semana.

<sup>13</sup> Explicou-se o fato da preferência pelos cortes nobres da carne serem os únicos destinados para a IP como uma estratégia de oferecer um produto de maior qualidade e valor agregado em comparação ao restante da carcaça.

mercado, outros frigoríficos sentiram-se estimulados a oferecer melhores preços aos pecuaristas do que os praticados pelo frigorífico conveniado à APROPAMPA. Os pecuaristas, por sua vez, ao não receberem um valor agregado significativo no produto para destiná-lo à IP, passam a vender a carne para o frigorífico que paga mais, reduzindo ainda mais a oferta do produto com o selo da IP no mercado. Além disso, alguns associados da APROPAMPA estão vinculados também aos próprios programas das respectivas raças, sofrendo, portanto, uma concorrência pelo seu produto, tendendo a destinar o fornecimento para aqueles compradores que lhes apresentam maiores vantagens comerciais.

Conforme Malafaia *et al.* (2006), a pecuária de corte no Brasil pode ser analisada sob duas características predominantes. De um lado está a “diversidade”, que se configura na grande variedade de raças, sistemas de criação, condições sanitárias de abate e formas de comercialização. Por outro lado, está o aspecto da “descoordenação”, estabelecida pela baixa estabilidade nas relações entre criadores, frigoríficos, atacadistas e varejistas. Além disso, as relações entre os vários segmentos da cadeia são efetivadas via mercado, facilitadas pela consideração da carne bovina como *commoditie*. Ainda, segundo os autores, o principal fator que induziria a tal forma de organização é a baixa especificidade dos produtos negociados. Porém, cabe comentar que a estratégia de IG configurada na experiência da IPPGCM pretendia justamente fugir deste problema.

### ***A IPCPGCM e a questão ambiental***

Dentro da área demarcada e protegida pela IPPGCM, existe uma parcela considerável que já não pode mais ser utilizada para os fins da própria IP, devido à degradação ambiental do Bioma Pampa e/ou pelo seu uso para outras atividades. Para melhorar a competitividade da produção agrícola, várias experiências e projetos de introdução de materiais genéticos exóticos (vegetais e animais) estão sendo implementados nas áreas de pastagens nativas, ameaçando a especificidade e sustentabilidade do ecossistema (Cerdan *et al.*, 2009). Além disso, o fomento e a expansão recente de grandes áreas destinadas a plantações de essências florestais exóticas<sup>14</sup> e a monocultura da soja vêm contribuindo para o declínio das áreas de campos nativos. As maciças plantações de eucaliptos destinadas ao fornecimento de matéria-prima para as indústrias de papel e celulose, ao substituírem as pastagens

---

<sup>14</sup> A respeito pode-se consultar Froehlich *et al.* (2006).

naturais, acabam também causando uma alteração importante da própria paisagem da região.

A dimensão ambiental ganhou importância crucial na trajetória da IPPGCM, não só por que o seu regulamento técnico prescreve a conservação do campo nativo como base para o sistema de produção no território, aspecto apontado como de grande dificuldade para a obtenção da IP, demandando da APROPAMPA ações de sensibilização dirigidas a seus associados, mas também por que tal problemática ambiental aponta para relações com diversos outros atores e tomadas de decisões que parecem ter potencial de afetar diretamente a viabilidade futura da IP.

Ilustrativo neste sentido, o fato do regulamento técnico da APROPAMPA exigir que o sistema de produção seja baseado exclusivamente sobre o campo nativo, foi a repercussão e interesse de outras entidades e Organizações Não-Governamentais (ONGs) ligadas às questões de conservação ambiental, em especial à conservação do Bioma Pampa. Este interesse acabou resultando num convênio com uma ONG, a SAVE Brasil, que se preocupa com a preservação de aves migratórias. A SAVE Brasil, por sua vez, está afiliada a *Bird Life International*<sup>15</sup>, que atua em mais de 100 países com o foco na conservação das aves.

No enfoque do desenvolvimento sustentável, a utilização dos recursos naturais dentro de um território também é um processo que deve ser construído socialmente através do co-manejo desses recursos, entre comunidades e governos, através das negociações a partir das diferentes representações<sup>16</sup>. Alguns dos frutos do convênio entre a APROPAMPA e a SAVE Brasil podem ser observados através do aporte de recursos humanos, bem como a sua respectiva infra-estrutura de suporte para a realização do trabalho junto à Associação. Este convênio, além de representar um apoio de grande importância para a atual manutenção da APROPAMPA, no sentido de superação de algumas dificuldades, representa também outra estratégia ancorada em dispositivos de reconhecimento, além da IG, agora com o apelo direcionado

---

<sup>15</sup> *Bird Life International* é uma parceria global de organizações não-governamentais (ONGs) de conservação, que se esforça para conservar as aves, seus *habitats* e a biodiversidade global, trabalhar com as pessoas no sentido da sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Na América Latina a *Alianza del Pastizal* congrega quatro organizações (todas afiliadas à *Bird Life International*) ligadas à conservação de aves silvestres no Cone Sul, sendo elas: Aves Argentinas, Aves Uruguai, SAVE Brasil e Guyra Paraguai. A *Alianza del Pastizal* tem como missão: “Conservar os campos nativos compartilhados pelo Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina através de ações coordenadas entre os diferentes setores da sociedade, apoiando o desenvolvimento harmônico e sustentável da região.”. Disponível em: [www.pastizalesdelconosur.org](http://www.pastizalesdelconosur.org); acesso em 12/07/2009.

<sup>16</sup> Berkes (2002) citado por Flores (2007).

explicitamente a questões de ordem ambiental. A perspectiva é agregar, após alguns estudos que estão em andamento, outro selo junto à carne bovina da IP, com o apelo de que aquele produto, além de possuir as características de qualidade já atestadas pela IP, é também produzido por um “produtor conservacionista”.

Todavia, é importante ressaltar, a propósito do discurso conservacionista da biodiversidade vinculado à promoção dos produtos da IPPGCM, que o território demarcado pela IP localiza-se numa região onde constantemente se conflagram disputas e conflitos no âmbito da política brasileira de Reforma Agrária. Neste sentido, um dos entrevistados abordou a IG numa perspectiva estratégica de criação de uma imagem positiva, baseada em aspectos ambientais, que amenize tais disputas ou que venha a gerar um maior poder argumentativo em favor dos grandes proprietários de terras da região<sup>17</sup>. Assim, pode-se perceber que os associados da APROPAMPA desejam passar uma imagem, com a ajuda das entidades de pesquisa e de desenvolvimento local, que a pecuária extensiva tem uma relação direta com impactos benéficos sobre o meio ambiente e a conservação de um ecossistema singular existente na região<sup>18</sup>.

Em suma, diante do relatado, percebe-se que a estratégia da IP não se apresenta ainda de forma consolidada neste território. Dentre as causas, está a inexistência de uma oferta de produção de carne para o selo da IP, tanto em termos quantitativos como em regularidade. Outro aspecto refere-se ao insignificante número de pecuaristas associados à APROPAMPA, em face da abrangência da área delimitada, conferindo o baixo volume de produção já citado, além da limitada participação destes no próprio fornecimento de matéria-prima para a IP. Existe ainda o problema de relação entre os segmentos (produtor-indústria-varejo) da cadeia produtiva, que dificulta ao produtor rural uma melhor remuneração em vista de possível valor agregado ao produto. Há também os problemas ambientais, principalmente no que diz respeito à “perda” de áreas de campo nativo, seja pela deterioração ambiental ou pelo uso para outras atividades, correspondendo assim, guardadas as devidas proporções, a um limitante físico-espacial no futuro.

Portanto, a experiência da IPPGCM não tem produzido os efeitos esperados para ser considerada uma estratégia aproximada ao desenvolvimento sustentável de base territorial. Conforma-se mais como uma estratégia ainda eminentemente setorial, onde

---

<sup>17</sup> Temos aqui tema de estudos onde se entrelaçam de modo interessante a questão agrária com a questão ambiental.

<sup>18</sup> TambemVitrolles (2007) faz comentário neste sentido.

os objetivos econômicos orientam a promoção e divulgação do produto com valor territorial, incorporando genericamente a cultura local para melhor se posicionar nos mercados, ao invés de buscar atrair um fluxo de pessoas e atores ao território, repercutindo em benefícios além do clube de atores. Quanto aos seus objetivos ambientais, fica a dúvida se as ações empreendidas estão orientadas por uma genuína consciência ambiental a partir da qual se empreende a agregação de valor ao produto ou se está mais orientada a uma ótica de criar argumentos de enfrentamento dos conflitos agrários conflagrados na região.

Todavia, em que pese as diversas dificuldades para a sua consolidação, a trajetória da IPPGCM mostra que sua iniciativa nasce marcadamente setorial e calcada nas referências do patrimônio cultural (tradição gaúcha/criação de gado), mas gradativamente vai passando a dar maior valor às questões ambientais e conservacionistas implicadas no território da IP, ao reforço dos discursos dos produtores envolvidos com a IP sobre o desenvolvimento sustentável; até culminar com o interesse de entidades conservacionistas como SAVE Brasil e *Bird Life International* em estabelecer parcerias com a APROPAMPA, com repercussões tanto sobre o próprio meio ecológico como sobre as estratégias de marketing da IP.

Como apontam Cerdan *et al.* (2009), as IGs no Brasil não parecem, a priori, um instrumento pensado para estabelecer um canal entre valorização econômica e conservação ambiental; e neste contexto, apesar de suas flagrantes insuficiências, a experiência da IPPGCM tem conduzido seus atores a se confrontar e se inter-relacionar com outros diferentes atores e visões sobre o território e seus recursos bio-culturais, o que pode levar a que venham a repensar suas próprias relações e posições, assumindo novas posturas sobre as dinâmicas socioeconômica e socioambiental do seu território.

### **3. AS DENOMINAÇÕES DE ORIGEM PROTEGIDAS (DOPs) DE JAMÓN IBÉRICO**

No imaginário coletivo espanhol sobre os melhores produtos alimentares existentes, o Jamón Ibérico ocupa lugar de destaque<sup>19</sup>. Porém, no próprio território de produção (regiões do sul de Espanha e Portugal), assim como internacionalmente, pouco se sabe sobre a procedência e elaboração deste produto. Portanto, iniciaremos por

---

<sup>19</sup> Deve-se distinguir Jamón Ibérico do Jamón Serrano, pois cada um provém de uma raça suína diferente.

desvelar algumas particularidades deste tipo de jamón em relação a outros existentes no mundo, de modo a detalhar melhor quais atores estão envolvidos neste contexto e seus papéis no redimensionamento da variável ambiental em um território europeu concreto, no qual a existência de IGs há três décadas aporta novos significados sobre a conservação ambiental.

### ***Porco ibérico e Dehesa: a origem da criação e a base da cultura***

Dentre as várias raças suínas que se adaptaram a distintos ambientes e regiões, existe a denominada como porco ibérico, própria do Sudoeste da Península Ibérica, principalmente na zona espanhola. Espanha ocupa a quarta posição como produtora de suínos e derivados, precedida de China, EUA e Alemanha. Segundo os dados do Ministerio de Medio Ambiente, Rural y Marino (MARM, Espanha), o rebanho suíno em 2011 alcançou 25.634.869 animais. Deste número, os porcos ibéricos representavam 2.594.079, pouco mais de 10% da produção suína em Espanha. Ademais, apenas 474.914 (18,30%)<sup>20</sup> dos porcos ibéricos tiveram engorda com bellotas, o fruto ao qual se atribui a capacidade de proporcionar especiais características organolépticas à qualidade do Jamón Ibérico.

No segmento que podemos chamar de setor porcino ibérico, existe aproximadamente uma décima parte de tais animais cuja forma de cria e engorda se realiza em regime extensivo durante toda a sua vida. Este sistema de manejo se realiza em um bosque único no planeta denominado Dehesa. Pode-se ressaltar que a raça de porco ibérico é uma peça determinante neste sistema de manejo. Resumindo suas virtudes, podemos assinalar que é onívoro, com alta prolificidade, consome amplo leque de recursos, tem um curto período de tempo desde o nascimento até o momento em que pode se reproduzir, sua produção é adequada ao autoconsumo de grupos domésticos, pois pode ser consumido quase que integralmente etc. Nas Dehesas o porco ibérico encontrou um *habitat* particularmente favorável, podendo se alimentar ali de uma variedade de recursos ao longo do ano. A bellota é o seu alimento básico durante o período de *montanera*<sup>21</sup>, recurso que o porco ibérico aproveita melhor que qualquer

---

<sup>20</sup> Dados procedentes de ASICI sobre os porcos inspecionados sob a Norma de Qualidade do Ibérico em 2011.

<sup>21</sup> Período de maturação das bellotas que dura quatro meses do ano agrícola, desde novembro até fevereiro. Também significa colheita de bellotas e período de engorda dos porcos que se alimentam com bellotas.

outra espécie. A bellota é rica em hidratos de carbono, tem baixo teor de proteínas, gordura e celulose, razão pela qual o porco a aproveita melhor que qualquer outro gado característico das Dehesas (vacum, caprino, ovino ou equino), já que não digere a celulose e transforma os hidratos em gordura (Montoya, 1980: 125). Aqui radica a grande virtude singular e diferencial desta raça, a de transformar em gordura a bellota e infiltrá-la na musculatura corporal do animal, o que confere as características organolépticas ao Jamón Ibérico de bellota. Deste modo, nas Dehesas os porcos campeiam durante todo o ano em número variável, dependendo dos estabelecimentos, sendo geral sua presença e sua criação em um sistema extensivo, convertendo-se no rebanho prioritário durante a *montanera* e no principal recurso de renda de muitos criadores.

O que acabamos de descrever tem gerado a percepção sobre um binômio socialmente ampliado *ibérico-bellota*, ou o que é quase o mesmo, *ibérico-dehesa*. Tem sido quase como um estereótipo que relaciona as produções de porco ibérico de bellota com um agroecossistema<sup>22</sup>, a Dehesa. O importante é que este binômio encerra a máxima socialmente construída e compartilhada de que o Jamón Ibérico está indissolúvelmente vinculado a um território antrópico, que é o tipo de bosque mediterrâneo denominado Dehesa: um não existiria sem o outro. Estamos assinalando assim, que as produções de Jamón Ibérico de bellota dependem em grande parte dos cuidados e dos trabalhos junto aos bosques. Estes manejos pecuaristas constituem um modo de gestão de um território baseados em práticas agropecuárias tradicionais que giram sobre a já mencionada *montanera* ou temporada de maturação da bellota. De fato, poderíamos afirmar que atualmente a Dehesa é rentável fundamentalmente graças ao porco ibérico de bellota, de onde deriva vinculado a um território (adehesado) um produto de alta qualidade e com história, o Jamón Ibérico de bellota.

A tradição na produção do porco ibérico de bellota nos remete a pecuaristas que aproveitam a *montanera* com partidas de porcos de acordo com um sistema de gestão que busca a otimização do aproveitamento deste recurso. Basicamente supõe uma especialização de pastoreio, incluindo a condução da manada por diferentes pontos dos bosques para obter um consumo pautado das bellotas que vão amadurecendo

---

<sup>22</sup> O conceito de agroecossistema surge e forma parte dos aportes teóricos do ecodesenvolvimento. Trata-se de um enfoque que busca conhecer de maneira simultânea as relações entre os aspectos abióticos, bióticos e sociais de um meio ecológico. Assim, estuda e investiga o conhecimento da realidade em si mesma, e as iniciativas para modificá-la, identificando aqueles aspectos que se orientam para o manejo sustentável e ecológico dos recursos.



gradativamente. Tal é parte de um amplíssimo leque de manejos voltados a otimizar os recursos da Dehesa.

Para finalizar esta caracterização sobre a Dehesa, cabe assinalar que é um meio antropizado, formado pela ação humana durante séculos e com um complexo equilíbrio. É um tipo de bosque domesticado, que tarda muitas décadas em alcançar sua maturidade e que devido a pobreza de seus solos resultaria muito difícil a substituição da Dehesa por outro uso do solo rentável em médio prazo. A manutenção das Dehesas depende de que siga sendo produtiva para as sociedades dos territórios onde se situam. Caracteriza-se por escassas produções de biomassa em cada ciclo agrícola, o que não permite maximizar um só recurso, seja pecuário ou agrícola. Otimizar a produção deste meio através de um sistema de uso múltiplo tem sido a grande virtude dos habitantes de territórios adehesados (Acosta, Amaya e Aguilar, 2002). As restrições de solo e clima se têm superado complementando grande variedade de recursos de forma escalonada.

Portanto, falamos de um sistema tradicional de uso múltiplo do território que articula conscientemente recursos pecuários, agrícolas e florestais. O arvoredo dos bosques, composto principalmente por Encinas e Alcornosques, é o elemento mais representativo da Dehesa; e entre suas múltiplas funções (controle de erosão, refugio da fauna ...) está a econômica, tangível mediante lenha, cortiça, ramagem e, sobretudo, as bellotas. Estes manejos<sup>23</sup>, aprendidos durante séculos, têm sido transmitidos pelas gerações até os atuais pecuaristas, depositários de saberes, técnicas e conhecimentos que se aplicam de forma precisa à sustentabilidade deste agroecossistema. Tais formas tradicionais de manejo de um bosque como a Dehesa, são as que agora se reinterpretem e assumem novos significados desde o âmbito das produções certificadas, da elaboração de alimentos respeitosos com o ambiente e de acordo com processos produtivos não industrializados. Veremos agora o papel do Jamón Ibérico de bellota certificado neste contexto pós-industrial europeu e sua contribuição para a conservação do meio ambiente.

Esta é a caracterização geral de um modelo de produção que se considera e se posiciona como tradicional. É justamente esta tradição que começa agora a ser patrimonializada através de sua reinterpretação nas DOP do setor. Como afirmado em outros momentos, são fórmulas de inovar consistentes no resgate de fórmulas

---

<sup>23</sup> Para uma visão completa dos produtos derivados das Dehesas em meados do século passado, bem como dos distintos tipos de produtores, ver a obra de Acosta R., Díaz, A.L e Amaya, S. (2002).

tradicionais (Amaya e Aguilar, 2012), mas mediante quais mecanismos? E acima de tudo: conduz a novas repercussões ambientais? Ocorrem mudanças neste modelo tradicional de manejo das Dehesas pela influência das DOPs? Que tipo de conflitos existem em torno da conservação deste meio e entre quais agentes?

### *As DOPs de Jamón Ibérico*

As DOPs do setor ibérico na Espanha começaram a ser gestadas na década de 80 do século passado e atualmente existem quatro: *Guijuelo*, *Dehesa de Extremadura*, *Jamón de Huelva* e *Valle de los Pedroches*.



Figura 2. Mapa e logotipo das quatro DOPs de Jamón Ibérico em Espanha.

Fonte: Amaya e Aguilar (2012)

A criação destas certificações de qualidade supõe a valorização de duas das partes fundamentais do porco ibérico, conhecidas como *jamones* e *paletas*<sup>24</sup>, característicos do Sudoeste da Península Ibérica, onde existem três milhões de hectares de Dehesa, majoritariamente na zona espanhola. Portanto, somente neste território é que podemos encontrar as DOPs de Jamones Ibéricos de bellota, reconhecidos cientificamente como os de máxima qualidade. São os que condensam o maior prestígio entre os existentes no mercado, ainda que economicamente seu peso na balança econômica do setor cárneo não seja expressivo. Conforme antes assinalamos, em 2011

<sup>24</sup> Os *jamones* são as pernas, os 'quartos' traseiros do animal. As *paletas* são os 'quartos' dianteiros, menores que os *jamones*. São as quatro peças de maior valor econômico do animal, cuja específica e prolongada elaboração lhes confere significativos valores culturais e econômicos.

foram 474.914<sup>25</sup> porcos ibéricos engordados com bellotas, mas apenas 10% deles foram certificados por alguma das quatro DOPs.

Porém, não é nas cifras macroeconômicas que residem os dados relevantes sobre a interação entre os selos de qualidade alimentar e a conservação dos territórios pertencentes a tais DOPs. Neste caso, estas DOPs cumprem funções explícitas como: a) proteger legalmente os jamones contra aqueles produtores de outras zonas sem Dehesa que queiram aproveitar a reputação do Jamón Ibérico de bellota; b) garantir ao consumidor um alto nível de qualidade; c) manter a qualidade dos produtos e conservar usos e manejos tradicionais de produção. Desta maneira, dá-se uma vinculação do produto jamón com seu território de origem, com um meio ecológico determinado e com usos e manejos que fazem parte da história e da cultura local. É o que dota este tipo de jamón de suas características específicas e lhe outorga o valor agregado que o diferencia e lhe permite abrir um nicho específico em um mercado cada vez mais competitivo.

A princípio os interesses destas DOPs podem nos parecer similares aos da IPPGCM analisada anteriormente, e inclusive a outros casos amplamente analisados, como por exemplo em produtos como o queijo (Cervantes *et al.*, 2012; Thomé da Cruz, 2012). Também é possível assinalar outras similaridades entre ambos os casos, como a escassa integração de parcela significativa do setor pecuarista nestas fórmulas de certificação. Ainda que sejam procedimentos não excludentes e abertos a quem voluntariamente assumam a normativa de uma DOP, as regras destas e a vigilância exercida pelo Conselho Regulador para que sejam cumpridas, estabelecem uma clara linha que inviabiliza esta adesão para os pequenos pecuaristas e também para muitos dos médios<sup>26</sup>. Este fato se traduz em uma realidade potencialmente conflitiva. São normas que favorecem que os grandes proprietários possam gerar uma diferença de renda em relação aos demais pecuaristas. O trabalho de campo nos desvelou que esses grandes proprietários são os que majoritariamente utilizam conscientemente a certificação de seus porcos e a conservação da Dehesa associada a ela, como um valor

---

<sup>25</sup> Dados procedentes da ASICI sobre os porcos inspecionados sob a Norma de Qualidade do Ibérico em 2011.

<sup>26</sup> Em termos de Espanha, pensemos que uma pequena propriedade (30-100 hectares) ou uma média (mais de 100 hectares), para certificar mediante uma DOP deve reservar uma parte considerável da Dehesa para uso exclusivo dos porcos durante uns quatro meses, o que lhe subtrai recursos para o resto de seu gado, que deverá suplementar-se com comida de fora da propriedade.

positivo vinculado à ideologia conservacionista dos espaços naturais, ideologia da qual, portanto, são partícipes. Assim, declaram-se explicitamente conservacionistas.

Junto aos próprios agentes produtores, os grandes proprietários, encontram-se os principais ideólogos da defesa da conservação da Dehesa nas DOPs. São os gerentes dos Conselhos Reguladores. Os gerentes das quatro DOPs são os únicos que de forma permanente ocupam uma posição relevante em cada uma delas. São empregados das DOPs, seu cargo não é eletivo e cambiante como o restante dos membros de cada Conselho Regulador. Assumem o papel principal na defesa de suas marcas, formam opinião junto ao setor, representam-no nas reuniões importantes e constituem a imagem pública de cada um destes selos. Exercem posição de liderança em seus territórios, e junto aos gerentes dos denominados Centros de Desenvolvimento Comarcal<sup>27</sup>, influenciam nos discursos e argumentos sobre a conservação ambiental em seus territórios no contexto do desenvolvimento rural da sociedade pós-industrial europeia.

Os Conselhos Reguladores das DOPs dispõem de programas de controle e vigilância das produções, tanto dos porcos ao longo de sua vida e, após o abate, dos jamones durante os três anos de sua maturação. Este é um mecanismo que incide diretamente na conservação da Dehesa, posto que controla a carga animal sobre a área e o estado da colheita de bellotas. É uma atualização do tradicional sistema de manejo de uma propriedade adehesada. Trata-se de cuidados necessários ao agroecossistema de Dehesa, quando se pretende que tenha produções maiores e melhores. As DOPs limitam e vigiam a alimentação dos porcos que, durante os três ou quatro meses de *montanera*, somente podem se alimentar de bellotas. Por isso os pecuaristas tem uma importante motivação para efetuar as podas periódicas (a cada 4 ou 5 anos) que necessitam Encinas e Alcornoques, o que mantém as árvores fortes e produtivas. A Dehesa, em seu delicado equilíbrio ambiental, sofre uma enorme pressão pecuária, aliviada em parte por estas normas das DOPs.

O sistema de exploração tradicional da Dehesa se assume e se apresenta reinterpretado através dos regulamentos das DOPs. Para citar um caso concreto, no Regulamento da DOP *Guijuelo* se recolhem dados referentes ao sistema de exploração, assinalando que: “Las prácticas de explotación del ganado inscrito en la Denominación de Origen se adaptarán preferentemente a las normas tradicionales de aprovechamiento

---

<sup>27</sup> Criados no início dos anos 1990 para gerir os fundos de coesão europeus da PAC (Política Agrícola Comum).

de montanera en régimen extensivo ...” (Art. 6º), ou sobre a qualidade do jamón, dizendo que a “Clase I. Jamón ibérico de bellota, procedente de cerdos primales que hasta los 80 kilogramos han comido pienso, rastrojo y hierba, y que el resto del peso hasta los 160-180 kilogramos lo han completado a base de bellota y hierbas en montanera” (Art. 16º). São alguns detalhes que nos permitem apontar que os proprietários de Dehesas amparadas por uma DOP estão predispostos (não é algo automático) ao maior cuidado de seus bosques. Como estes porcos não recebem suplemento com outro alimento durante os meses de *montanera*, o que é proibido explicitamente nos regulamentos das DOPs e controlado por seus inspetores de campo, deduzimos, tal como confirmam as entrevistas, que estas propriedades realizam com frequência trabalhos de manutenção do arvoredo (reflorestamento, desbaste, poda...).

Assim, assistimos a uma reinterpretação no século XXI de técnicas e manejos seculares a partir das DOPs que contribuem ativamente para a conservação das Dehesas. Embora sejam práticas conhecidas há séculos, também é verdade que há muitos casos de explorações amparadas por uma DOP que passaram a revitalizar e ressignificar recentemente tais práticas. Estes novos significados estão diretamente relacionados com as funções dos territórios no mundo rural europeu e com os efeitos das políticas de desenvolvimento rural no seio da União Européia, onde valores como tradição, natureza e história, tornaram-se estratégicos (Aguilar e Amaya, 2007; Lozano, 2011).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Descrevemos a realidade de territórios concretos onde predominam as Dehesas, velhos territórios rurais onde novas políticas (PAC e DOP), com uma enorme carga ideológica sobre a conservação dos espaços naturais e destacados valores ambientais, aportam novos sentidos e significados em contextos como o das Dehesas, que há décadas sofrem pressões que podem ameaçar sua existência.

Registramos uma estratégia que busca atender demandas de amplos setores das sociedades européias, que estão dispostos a pagar um valor superior por produtos como o Jamón Ibérico de bellota, caso estes estejam amparados em fórmulas capazes de garantir que seus procedimentos são respeitosos com o meio-ambiente e justos socialmente. Assim, estes espaços adquirem novos sentidos no contexto europeu contemporâneo, contribuindo para que estratégias de distinta procedência (planos de

desenvolvimento rural e certificação de produtos de qualidade) convirjam parcialmente para interesses comuns relacionados com a conservação da Dehesa, da qual depende finalmente a existência de seus habitantes.

Diferentemente do caso da IPPGCM, as DOPs de Jamón Ibérico são experiências plenamente consolidadas, reconhecidas nos mercados regionais e no mercado nacional. Podemos dizer que em expansão, pois começaram há poucos anos a exportar Jamones Ibéricos de bellota com DOP a distintos países. Por outro lado, se na IPPGCM o discurso sobre a defesa do ambiente está relacionado com organizações internacionais como *Bird Life International*, no caso das DOPs de Jamón Ibérico trata-se de uma linha de conservação que parte do próprio território, de agentes como os grandes proprietários, os Conselhos Reguladores das DOPs e de seus gerentes.

O que podemos depreender de comum das experiências de IGs analisadas, em que pese contextos sociais e institucionais distintos, é a estratégica importância que assumiu a questão ambiental. Tal acarretou que os seus promotores passassem a elaborar narrativas sobre os seus produtos bem além do simples nexos com a origem, reforçando seus discursos de vinculação com práticas conservacionistas e com o desenvolvimento sustentável. Se no Brasil tal aproximação à causa ambiental se dá em razão de que a noção de IG ainda não está difundida entre produtores e consumidores, comparativamente ao maior apelo e legitimidade social que a bandeira ambiental detém; no contexto espanhol esta aproximação parece se dar por motivo oposto, da ampla proliferação de marcas de qualidade calcadas na origem, servindo assim o discurso ambientalista para uma diferenciação suplementar que agrega valor comercial ao produto e mais se legitima perante à sociedade ao também conservar ecossistemas.

## **RECONHECIMENTOS**

Este artigo deriva dos resultados e auxílios recebidos dos projetos PRONEM FAPERGS (UFSM-UFPel Processo nº 11/2044-2); Programa Hispano-Brasileiro de Cooperação Interuniversitária (Programa CAPES-DGU / PHB2008-0043PC): “As indicações geográficas como estratégia de desenvolvimento territorial: a experiência espanhola e brasileira”; Proyecto "La producción de calidad: nuevas estrategias rurales para nuevos consumidores". I+D. Ministerio de Economía e Competitividad y Fondos Feder

(CSO2010-22074-C03-01). Grupo de investigación TECUDE. PAI.SEJ-418; Grupo de Pesquisa CNPq *Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial*.

## REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 2003.
- Acosta R.; Díaz, A.L y Amaya, S. **Memoria de la tierra, campos de la memoria**. Los agroecosistemas tradicionales de Tentudía. Vol. I. La dehesa y las tierras calmas. Mesto. Cuadernos Monográficos de Tentudía. Número Ila. Zafra: Centro de Desarrollo Comarcal de Tentudía, 2002.
- Aguilar, E.; Amaya, S. El patrimonio cultural como activo de desarrollo rural. Em: Sanz, J. (ed.). **El futuro del mundo rural**. Madrid: Síntesis, p.103-124, 2007.
- Amaya, S. Las industrias productoras de jamón ibérico ante las cadenas alimentarias del siglo XXI. **Sólo Cerdo Ibérico**. nº 28, Zafra, p. 49-65, 2012.
- Amaya, S. Tradición y factores culturales en la producción del jamón ibérico. El papel de los manejos ganaderos. **Sólo Cerdo Ibérico**, nº 27, Zafra, p. 65-82, 2012.
- Amaya, S.; Aguilar, E. Saberes locales, tradición e innovación: el caso del jamón ibérico de bellota. **Nuevas Tendencias en Antropología**, nº 3, noviembre, p 1-28, 2012. <http://www.revistadeantropologia.es/>
- Beck, U. **Sociedade de Risco**. SP: Ed. 34, 2010.
- Brandenburg, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. XIII, p. 417-428, 2010.
- Campos Palacín, P. **Economía y energía de la dehesa extremeña**. Madrid: Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, 1984.
- Cerdan, C. *et al.* La diversité biologique et culturelle dans les démarches de qualité et de valorisation de l'origine au Sud Brésil. **Autrepart**, Paris, n. 50, p. 153- 166, jun. 2009.
- Cervantes, F.; Cesín, A.; Villegas, A. y Espinoza, A. Quesos mexicanos genuinos, indicaciones geográficas. Em: **Sistemas Agroalimentarios Localizados: Identidad Territorial, Construcción de Capital Social e Instituciones**. Ed. Torres S G, Lorroa TRM. Juan Pablos UNAM. 246-270, 2012.
- Consejo Regulador Denominación de Origen Protegida "GUIJUELO". **Reglamento**. ORDEN de 30 de noviembre de 1993, por la que se modifica el Reglamento de la Denominación de Origen "Guijuelo" y su Consejo Regulador, aprobado por Orden de 10 de junio de 1986 (RCL 1986, 1925).
- Favaretto, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

Flores, M. X. **Da solidariedade social ao individualismo**: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 311 f., 2007.

Froehlich, J. M. **Rural e Natureza**. A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFRRJ, Rio de Janeiro, 224 f., 2002.

Froehlich, J. M. *et al.* Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. **Extensão Rural**. n.13, v.1, p.120 – 146, 2006. Disponível em [www.ufsm.br/extensaorural](http://www.ufsm.br/extensaorural)

Jollivet, M. (Org.). **Vers un rural postindustriel**. Paris: L'Harmattan, 1997.

Lozano, C. **El sabor de la naturaleza**. Fundación Blas Infante. Sevilla, 2011.

Lozano, C. y Aguilar, E. Natural, tradicional y de la tierra. La promoción de la calidad agroalimentaria en los nuevos espacios rurales andaluces. Em: **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico y Consejería de Cultura. Pp. 126-139, 2010.

Malafaia, G. C. *et al.* Construindo vantagens competitivas para a pecuária de corte do Rio Grande do Sul: o caso da Indicação de Procedência da “Carne do Pampa Gaúcho”. In: Seminários em Administração - SEMEAD, 9º, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2006.

Montoya, J. M. **Los Alcornocales**. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1980.

Muchnik, J. Les systèmes agroalimentaires localisés: intérêt, approche, interrogations. Em: **Colloque SYAL**, Montpellier, CD ed. CIRAD, France, 16-18 Outubro, 2002.

Nabinger, C. Manejo e utilização sustentável de pastagens. In: Gottschal, C. S. *et al.* (Orgs.). Ciclo de Palestras em Produção e Manejo de Bovinos de Corte, 3., 1998, Canoas, RS. **Anais...** Canoas: ULBRA, v.3, p.40 -105, 1998.

Nabinger, C. Os campos Sul-Brasileiros: Bioma Pampa como parte dos campos sulinos. Porque uma IG dentro do Bioma? Como delimitar esta IG? **Apresentação** (Bento Gonçalves), Outubro, 2007.

Silveira, V. C. P. e Vargas, I. C. S. Indicações Geográficas no Brasil: possibilidades para os produtores da área de proteção ambiental do Ibirapuitã, Rio Grande do Sul. In: **Anais do XLV congresso da SOBER**. Londrina: SOBER/UDEL/IAPAR. Julho. (CDROM), 2007.

Thomé da Cruz, F. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais**: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra-RS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 292 f., 2012.



Tolon Becerra, A.; Lastra Bravo, X. Los alimentos de calidad diferenciada: una herramienta para el desarrollo rural sostenible. **M+A. Revista Electrónica de Medio Ambiente**, n. 6, p. 45-67, 2009.

Vitrolles, D. **Construction sociale du lien à l'origine dans le cadre de l'émergence dès indications géographiques au Brésil**: Le cas de la viande do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais - Geografia) – Université Lumière Lyon 2, França, 2007.